ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ECOM5XVII/2026/26
Data: 29/04/2026
Discussão e Votação: 06/05/2026

Nota: No decurso da discussão foi apresentado um Requerimento oral pelo GP PSD para votação separada das Entidades, adicionando solicitação à UTAO, de:
- Toda a informação, constante da Tabela 2 (pág. 11), por empresa, do Relatório n.º 6/2026;
- Fundos próprios de cada empresa.

PARPÚBLICA e Documentação UTAO
Resultado: Aprovado por unanimidade
Favor: PSD, CH, PS, IL e L
Ausente: PCP, CDS-PP, BE e PAN

Ministro do Estado e das Finanças
Resultado: Aprovado
Favor: CH, PS e L
Abstenção: PSD e IL
Ausente: PCP, CDS-PP, BE e PAN

GRUPO PARLAMENTAR CHEGA

Exmo. Sr. Presidente, da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Rui Afonso

Assunto: Requerimento para Audição do Exmo. Senhor Ministro do Estado e das Finanças, Dr. Joaquim Miranda Sarmento e do Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração da Parpública, Dr. Joaquim Cadete, no âmbito dos resultados das participadas do Estado e da situação económico-financeira do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Exmo. Sr. Presidente,

O relatório da UTAO n.º 6/2026, relativo ao desempenho do Setor Empresarial do Estado (SEE) em 2025, revela uma degradação significativa dos resultados consolidados das empresas participadas pelo Estado. Em particular, destaca-se a redução dos resultados líquidos agregados de 480 milhões de euros, em 2024, para apenas 11 milhões de euros, em 2025, traduzindo uma quebra de cerca de 469 milhões de euros.

Esta evolução negativa é acompanhada por uma diminuição do EBITDA em 455 milhões de euros, bem como por um crescimento dos gastos totais superior ao crescimento das receitas, evidenciando um desequilíbrio estrutural na gestão operacional de várias entidades públicas empresariais com aumentos expressivos da despesa global em várias empresas.

Importa ainda sublinhar que os segmentos das Empresas Públicas Não Financeiras e das Empresas Públicas Reclassificadas — que incluem empresas estratégicas e entidades com impacto direto nas contas públicas — registaram agravamentos expressivos dos seus indicadores de rentabilidade, contribuindo de forma decisiva para a deterioração global do setor.

Sendo a Parpública uma entidade central na gestão das participações públicas do Estado e tendo o Ministério das Finanças responsabilidade tutelar sobre o SEE, torna-se essencial apurar designadamente, as causas concretas da quebra abrupta dos resultados, as medidas de supervisão e correção adotadas ou previstas, a estratégia do Governo para assegurar maior eficiência, sustentabilidade e accountability nas empresas públicas, bem como, o papel da Parpública na monitorização, acompanhamento e valorização das participações do Estado.

Face à relevância do tema para a transparência da gestão pública, para a salvaguarda do interesse dos contribuintes e para a credibilidade do setor empresarial do Estado, justifica-se naturalmente a realização desta audição, para prestarem os devidos esclarecimentos sobre a situação económico-financeira do Setor Empresarial do Estado (SEE), à luz dos dados divulgados pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), em 28 de abril de 2026.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, vem requerer a audição do Exmo. Senhor Ministro do Estado e das Finanças, Dr. Joaquim Miranda Sarmento e do Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração da Parpública, Dr. Joaquim Cadete, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2026

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA